



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO 2762/2014

PROCEDIMENTO MPF: 0000656-90.2013.403.6107 (IPL 0061/2013)

ORIGEM: 7ª SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAÇATUBA/SP

PROCURADOR OFICIANTE: PAULO DE TARSO GARCIA ASTOLPHI

RELATOR: CARLOS ALBERTO CARVALHO DE VILHENA COELHO

INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE TRÁFICO INTERNACIONAL DE ACESSÓRIOS PARA ARMA DE FOGO (LEI 10.826/2003, ARTIGO 18) E CONTRABANDO (CP, ARTIGO 334, §1º, ALÍNEA “D”). PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA INSIGNIFICÂNCIA. ATIPICIDADE. ARQUIVAMENTO. REVISÃO (CPP, ARTIGO 28 C/C LC 75/93, ARTIGO 62, INCISO IV). ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. inquérito policial instaurado para apurar supostos crimes de tráfico internacional de acessórios para arma de fogo (Lei 10.826/2003, artigo 18) e contrabando (CP, artigo 334, § 1º, alínea “d”), em razão da apreensão de miras telescópicas e produtos para pesca, sem a documentação comprobatória de sua regular entrada no país.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, por entender aplicável ao crime de tráfico internacional de acessórios para arma de fogo o princípio da proporcionalidade, e ao de descaminho, o da insignificância.

3. A Juíza Federal acolheu o arquivamento quanto ao crime de descaminho, mas discordou dele quanto ao de tráfico internacional de acessórios para arma de fogo, por entender presentes materialidade e autoria delitivas.

4. Foram apreendidas 4 (quatro) lunetas (ou miras telescópicas) que possuem entrada no país controlada pelo Exército Brasileiro. O próprio investigado, em seu depoimento, admitiu que, na ocasião de sua prisão em flagrante, trazia miras telescópicas para o Brasil que foram adquiridas no Paraguai.

5. A tipicidade do delito do artigo 18 da Lei 10.826/03 está satisfatoriamente demonstrada, pois o investigado importou, do Paraguai para o Brasil, miras telescópicas sem autorização das autoridades competentes. Nesse caso, independentemente de qual seja o destino final, a conduta de importar sem a autorização devida já é suficiente para o prosseguimento da persecução criminal.

6. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar supostos crimes de tráfico internacional de acessórios para arma de fogo (Lei 10.826/2003, artigo 18) e descaminho (CP, artigo 334, §1º, alínea “d”), praticados, em tese, por DELI LUIS KELLNER.

Consta dos autos que a Polícia Militar Rodoviária apreendeu, em poder do investigado, 4 (quatro) lunetas (ou miras telescópicas), além de materiais de pesca, que teriam sido adquiridos no Paraguai, todos desacompanhados de documentação comprobatória de sua regular entrada no país.

O Exército Brasileiro informou que “as lunetas em tela são de uso controlado pelo Exército, apenas junto aos fabricantes e comerciantes dessa mercadoria. Pessoas físicas podem adquirir essas lunetas no mercado interno sem a necessidade de autorização específica do Exército Brasileiro” e que, “por se tratar de artigo controlado, para a importação por PF/PJ há a obrigatoriedade do interessado ser registrado no Exército Brasileiro e adquirir junto ao mesmo Certificado Internacional de Importação” (f. 121).

A Receita Federal juntou demonstrativo de tributos informando que o valor presumido dos tributos aduaneiros não recolhidos no tocante às mercadorias apreendidas – exceto as lunetas – resultou em R\$ 515,28 (quinhentos e quinze reais e vinte e oito centavos).

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, por entender aplicável ao crime de tráfico internacional de acessórios para arma de fogo o princípio da proporcionalidade, e ao de descaminho, o da insignificância (f. 123/130).

A Juíza Federal acolheu o arquivamento quanto ao crime de descaminho, mas discordou dele quanto ao de tráfico internacional de acessórios para arma de fogo, por entender presentes materialidade e autoria delitivas (f. 133/134-verso).

Os autos vieram remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, para o exercício de sua função revisional, nos termos do artigo 28 do CPP c/c artigo 62, inciso IV, da LC 75/93.

Sucintamente, é o relatório.

Com o devido respeito a eventuais entendimentos em sentido contrário, em especial ao Colega oficiante, entendo que **o arquivamento quanto ao crime de tráfico internacional de acessórios para arma de fogo é mesmo prematuro.**

O arquivamento do inquérito policial deve ocorrer somente em face da ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva, ou ainda da inexistência de crime. Não é, contudo, o caso dos autos.

De fato, como se viu, foram apreendidas 4 (quatro) lunetas (ou miras telescópicas) que possuem entrada no país controlada pelo Exército Brasileiro. O próprio investigado, em seu depoimento, admitiu que, na ocasião de sua prisão em flagrante, trazia miras telescópicas para o Brasil que foram adquiridas no Paraguai (f. 79).

Conforme informação do Exército, embora a venda de tal produto seja permitida, a sua importação depende de autorização do Comando, o que não ocorreu nos autos, haja vista que em nenhum momento o indiciado apresentou autorização prévia da autoridade competente para ingresso dos referidos equipamentos no território nacional.

Assim sendo, tem-se que a tipicidade do delito do artigo 18 da Lei 10.826/03 está satisfatoriamente demonstrada, pois o investigado importou, do Paraguai para o Brasil, miras telescópicas sem autorização das autoridades competentes. Independentemente de qual seja o destino final, a conduta de importar sem a autorização devida já é suficiente para o prosseguimento da persecução criminal.

Diante do exposto, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para cumprimento, cientificando-se o

Procurador da República oficiante e o Juízo de origem, com as nossas homenagens.

Brasília-DF, 28 de abril de 2014.

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Procurador Regional da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

/M